

Uma Explicação Pré-semântica das Descrições Referenciais¹

A pre-semantic account of referential descriptions

Fernando Furtado
Universidade de Lisboa – LanCog
CAPES – Brasil

Resumo

Este artigo se divide em duas partes claramente distintas: uma parte expositiva; visa fornecer ao leitor as bases para a compreensão da discussão acerca das descrições definidas. E uma parte positiva: é apresentada uma proposta de tratamento aos casos problemáticos de Donnellan em defesa da análise russelliana das descrições definidas. Na primeira parte é apresentada uma noção geral do que são descrições definidas e a análise russelliana dessas expressões. Na sequência, são apresentados os contraexemplos de Donnellan que dão suporte a suposição de que as descrições definidas podem, *prima facie*, ser usadas de pelos menos de duas maneiras: *atributivamente* e *referencialmente*. Feitas as devidas considerações, são apresentadas algumas vias de resposta à Donnellan em defesa Russell. A parte mais positiva deste artigo é uma defesa da análise russelliana baseada na ideia que os contraexemplos de Donnellan não estão ligados

1 - Ensaio escrito no âmbito da disciplina Tópicos de Epistemologia e Metafísica II: Linguagem e Realidade ministrada pela professora Adriana Silva Graça e pelo professor Pedro Galvão no ano letivo 2014-15 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2 - Fernando Furtado é estudante de doutoramento na Universidade de Lisboa, membro do LanCog e bolsista CAPES-Brasil. (fernandofurtado@campus.ul.pt).

a eventos propriamente *semânticos*. Seguindo Devitt (1981) e Evans(1982), sugiro que os contraexemplos são de fato *pré-semânticos*. Sendo assim, pode haver uma via de resposta a Donnellan em defesa de Russell ainda talvez pouco explorada.Devitt argumenta que os contraexemplos podem ser tratados no nível pré-semântico, porém pensa que isso é razão para supor que a teoria russelliana é incompleta. Esse resultado é exatamente o oposto do que é pretendido pela proposta oferecida aqui.

Palavras-chave

Descrições definidas; Contraexemplos de Donnellan; Análise russelliana das descrições.

Abstract

This paper has two distinct parts: an expositive one, providing the basis for an understanding of theory of definite descriptions. And a positive part: it is presented an account of Donnellan's puzzling cases for Russellian analysis of definite descriptions. First, it is introduced a general account of definite descriptions and the Russellian analysis. Then, Donnellan's counterexamples are introduced in order to support the assumption that definite descriptions can be used *prima facie* in at least two distinct ways: *attributively* and *referentially*. After some considerations, some ways to respond Donnellan, in defense of Russell, are presented. The positive part provides a defense of Russellian analysis based on the ideia that Donnellan's counterexamples don't have to do with properly *semantic* events. Following Devitt (1981) and Evans (1982), I suggest that the counterexamples are in fact *pre-semantic*. So, a new line of response to Donnellan can emerge. Devitt argues that the counterexamples can be treated at a pre-semantic level; however, he thinks this is a reason to assume that Russellian theory is an incomplete one. This result is exactly the opposite my account.

Key-words

Definite descriptions. Donnellan's counterexamples. Russellian analysis of definite descriptions.

As frases ‘o melhor futebolista do mundo é português’, ‘a capital de Portugal é a cidade mais bonita do país’, ‘o ponto mais ao ocidente da Europa continental está em Cabo da Roca’, ‘o número par e primo é o número 2’ são casos típicos de frases onde correm descrições definidas; expressões que tipicamente desempenham o papel de sujeitos gramaticais nas frases onde ocorrem e têm sua forma geral ‘o α ’ que aparece em frases como ‘o α é β ’ ou ‘o α tal que...’. Um problema que tem afligido os filósofos é fornecer uma análise correta para expressões do tipo ‘o α ’. Trata-se de termos singulares semelhantes a expressões indexicais como ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’ ou há uma análise adequada que suporte a ideia que descrições são termos gerais como ‘português’, ‘brasileiro’, ‘presidente’, ‘estudante’, etc.? Em um primeiro contato talvez seja mais natural pensar que descrições se assemelham mais a termos singulares como ‘eu’. Assim como a palavra ‘eu’ refere-se a uma pessoa particular, a expressão ‘o melhor futebolista do mundo’ também se refere a uma pessoa particular, nomeadamente Cristiano Ronaldo. Por outro lado, expressões como ‘português’ ou ‘brasileiro’ obviamente dizem respeito a muitas pessoas. Desse modo, talvez seja mais natural uma análise das descrições que as trate como termos singulares. É exatamente o oposto do que Bertrand Russell propôs. Após a publicação do seu seminal artigo “On Denoting” (Russell, 1905) passou a ser aceito por quase a totalidade dos filósofos que as descrições definidas são expressões de quantificação analisadas com base em termos gerais. O grande apelo intuitivo e elegância teórica da análise russelliana das descrições definidas fez com que durante várias décadas a proposta de Russell ficasse quase completamente intocada e considerada como paradigma de análise filosófica bem-sucedida. As primeiras grandes objeções apareceram apenas muitos anos depois com a publicação de “On Referring” (Strawson, 1950). Para as finalidades deste artigo iremos considerar principalmente as objeções apresentadas por (Donnellan, 1966) em seu influente “Reference and Definite Description”.

A estratégia de exposição neste artigo será inicialmente apresentar uma noção geral do que são descrições definidas e em seguida apresentar a teoria russelliana das descrições definidas; inclui-se nesta passagem a análise lógica das descrições no modo como é usual encontrar na literatura especializada atualmente. Em seguida serão apresentados os contraexemplos de Donnellan que dão suporte, segundo o autor, a suposição de que as descrições definidas podem, *prima facie*, ser usadas de pelos menos de duas maneiras: *atributivamente* (caso em que a análise russelliana ao que tudo indica está correta) e *referencialmente* (caso que não é previsto pela teoria russelliana).

Feitas as devidas considerações, serão apresentadas algumas vias de resposta à Donnellan

em defesa da análise russelliana das descrições, nomeadamente veremos as ideias de Kripke para acomodar os contraexemplos de Donnellan.

A parte mais positiva deste artigo é uma defesa da análise russelliana baseada na ideia que os contraexemplos de Donnellan não estão ligados a eventos semânticos. Os contraexemplos são de fato pré-semânticos, como sugerido por (Devitt, 1981) e (Evans, 1982).³ Se este for o caso, pode haver uma via de resposta a Donnellan em defesa de Russell ainda talvez pouco explorada.

A Teoria das Descrições Definidas

Nesta seção apresento em linhas gerais a teoria das descrições definidas de Bertrand Russell. Essa teoria foi apresentada em seu artigo ‘On Denoting’ de 1905. Uma das ideias principais apresentadas no artigo é que as descrições definidas não são termos singulares como nomes próprios ou demonstrativos. Na verdade, em sua lógica profunda, descrições definidas são expressões de quantificação. A ideia é que termos singulares contribuem para o significado das frases onde ocorrem apenas *indicando* ou *referindo* os objetos dos quais dizem respeito; são como ‘etiquetas coladas’ nos objetos que vez ou outra os falantes lançam mão para referir a objetos. Teorias do tipo mencionada são chamadas ‘teorias da referência direta’. A extensão dessa ideia para as descrições definidas gera estranhos *puzzles* aos quais Russell pretende resistir com a sua teoria das descrições definidas. Desse modo, pode ser razoável antes de avançarmos a teoria das descrições propriamente dita mencionar rapidamente os *puzzles* em causa.

O caráter informativo de afirmações de identidade

Considere as seguintes frases:

- i) O melhor futebolista do mundo é o atacante português do Real Madrid.
- ii) O melhor futebolista do mundo é o melhor futebolista do mundo.

3 - Devitt argumenta a favor da ideia de que os contraexemplos podem ser tratados no nível pré-semântico, porém pensa isso é razão para pensar que a teoria russelliana é incompleta. Isso é exatamente o oposto do que pretendo defender aqui.

Qualquer falante da língua portuguesa sabe que ii) é verdadeira, além disso a frase é completamente trivial; é incapaz de adicionar qualquer informação ao conjunto de crenças de qualquer pessoa que a ouve. O mesmo não acontece com a frase i). Alguém pode saber que Cristiano Ronaldo é o melhor jogador do mundo e não saber para qual clube ele joga (alguém, por exemplo, que se interessa apenas pelos jogos da seleção nacional). Nesse caso, a frase i), se verdadeira, traz nova informação à pessoa que a ouve; ele poderia dizer ao ouvir a frase: - ah, o Ronaldo joga no Real? Não sabia! Mesmo que dissesse tal coisa não diríamos que a pessoa em causa não compreende perfeitamente o que é dito, na verdade ela obtém nova informação exatamente porque é capaz de compreender o que a frase diz. Se supusermos que as descrições definidas são como etiquetas que contribuem para as frases onde ocorrem apenas por indicar os respectivos objetos, então não temos ferramentas para explicar como i) pode ser informativa enquanto ii) não pode, dado que ambas são afirmações de identidade verdadeiras acerca do mesmo objeto.

O problema do valor de verdade de frases com termos vazios

i) A raiz de -2 é um número inteiro.

Supondo que a raiz de -2 não exista, a frase i) não pode ser verdadeira, dado que a descrição 'a raiz de -2 ' não *apanha* objeto algum (não se pode colar etiquetas em objetos que não existem). Porém, soba suposição que o princípio clássico de bivalência está correto, se uma frase qualquer é falsa, então a sua negação tem que ser verdadeira. Mas a frase 'a raiz de -2 não é um número inteiro' também (e pelas mesmas razões) é falsa. Há muitos casos semelhantes que podem ser formulados para explicar o problema em causa.

O problema das atitudes proposicionais

O problema das atitudes proposicionais diz respeito ao comportamento de descrições em contextos de atitudes proposicionais. Atitude proposicional é uma relação entre um

sujeito e uma proposição (conteúdo proposicional). *Acreditar que p*, *desejar que p* e *saber que p* são exemplos típicos de atitudes proposicionais quando *p* é uma proposição qualquer. Tipicamente considera-se a cláusula *que* para as atitudes proposicionais; a palavra ‘que’ aparece precedida de um verbo que representa a atitude e seguida por uma proposição que é objeto do verbo. Considere o seguinte exemplo:

i) Filipe III deseja saber se o autor de *Dom Quixote* é Miguel de Cervantes.

ii) Filipe III deseja saber se o autor de *Dom Quixote* é o autor de *Dom Quixote*.

Não é difícil imaginar um contexto no qual i) é verdadeira e ii) é falsa. Basta supor que Filipe III já tinha tido a oportunidade de ler *Dom Quixote*, mas que, por alguma razão irrelevante para nós, não sabia que este livro havia sido escrito por Cervantes. Neste contexto, é bastante razoável supor que i) seja verdadeira. Já no que diz respeito à frase ii), é bastante mais difícil (sem grandes extravagâncias) pensar em um caso no qual ela seja verdadeira. Filipe III dificilmente iria querer saber se o autor de *Dom Quixote* é o autor de *Dom Quixote*, i.e., se o autor de *Dom Quixote* é idêntico a si próprio – uma verdade lógica trivial. Mas como explicar essa diferença? Se a teoria da referência direta é verdadeira, então descrições definidas são apenas etiquetas dos objetos e contribuem para o significado das frases onde ocorrem apenas *apontando* o objeto relevante. Sendo assim, não temos ferramentas para explicar a diferença de valor de verdade entre i) e ii).

Com base nessas motivações e em outras, Russell rejeita a ideia segundo a qual as descrições definidas são termos que referem diretamente os objetos, porém rejeitar essa explicação não basta. Há também de se explicar como as descrições definidas funcionam. E é exatamente o que Russell faz com a sua teoria das descrições definidas.

Segundo Russell, as descrições definidas, apesar de em um primeiro contato parecerem termos singulares, são, em última análise, termos gerais com um certo mecanismo semântico pelo qual é capaz de denotar um e apenas um objeto particular. Por exemplo, ‘o maior atleta do século passado’ é uma descrição que designa apenas um objeto (nota-se pela presença do artigo definido ‘o’) por via de certa característica. Assim, uma frase como ‘o maior atleta do século passado é Pelé’, apesar de superficialmente ser uma afirmação de identidade entre dois termos singulares, em sua *gramática profunda*, traz um termo geral em uma afirmação de quantificação analisada do seguinte modo.

- i) Existe um maior atleta do século passado.
- ii) É apenas um. E,
- iii) É Pelé.

Assim, a frase ‘o maior atleta do século passado é Pelé’ é a conjunção de i)-iii). Em uma formulação geral as descrições definidas têm a forma lógica profunda com a seguinte:

$$\exists x F x [\forall y (Fy \rightarrow x = y) \wedge Gx]$$

Essa fórmula resulta na análise geral das descrições definidas.

$\exists x F x$: equivale a i). (Critério existencial)

$\forall y (Fy \rightarrow x = y)$: equivale a ii). (Critério de unicidade)

Gx : equivale a iii) (predicação)

Não aparece em lugar algum na fórmula referência a objetos particulares. Tudo o que há são variáveis ligadas a quantificadores e predicados (termos gerais). Essa, portanto, é a teoria das descrições definidas de Russell, uma teoria que analisa as descrições definidas por meio de termos gerais.⁴

Muito rapidamente podemos ver como a teoria de Russell tem ferramentas capazes de dar conta dos *puzzles* apresentados.⁵ No que diz respeito ao caráter informativo de

4 - O objetivo de Russell vai além de fornecer uma análise para as descrições definidas em termos de expressões de quantificação. Russell propõe também a análise dos nomes próprios da linguagem natural em termos de descrições definidas e novamente estas em termos de expressões de quantificação. Se essa estratégia funcionar, então boa parte daquilo que supostamente são os melhores candidatos a termos singulares são, em sua lógica profunda, termos gerais disfarçados. Russell reserva em sua teoria lugar ao que ele chama ‘nomes próprios genuínos’ que são no geral demonstrativos como ‘isto’, ‘este’, etc.

5 - Não é objetivo aqui ser exaustivo acerca das discussões dos puzzles que são ainda hoje muito problemáticos. O objetivo aqui é apenas indicar como as ferramentas da teoria de Russell parecem lidar mais facilmente com os puzzles formulados aqui.

identidades como ‘o melhor futebolista do mundo é o atacante português do Real’ não há mistério algum. Com base na análise russelliana não há pressuposto que as descrições são meras etiquetas dos objetos que denotam, ao contrário, as descrições apanham o objeto por via de uma determinada propriedade (predicado) que um tal particular (objeto) exemplifica (satisfaz) unicamente. Nesse caso, não há mistério em encontrar casos nos quais a afirmação de que duas propriedades são exemplificadas pelo mesmo particular seja verdadeira e relevante. No caso relevante aqui, ‘ser o melhor futebolista do mundo’ e ‘ser o atacante português do Real’ são duas propriedades que Cristiano Ronaldo, e só ele, possui e não é estranho que essa afirmação seja relevante (tenha conteúdo informativo).

As expressões vazias também não serão problemáticas. Como não se pressupõe a referência direta, não se pressupõe que o objeto tenha que existir para poder afirmar coisa acerca dele. As descrições são expressões de quantificação e, como vimos, não aprecem referência a objetos em sua análise. Por essa via podemos dizer coisas acerca de objetos sem pressupor que tal objeto exista.⁶

Essa foi uma rápida apresentação da teoria das descrições definidas de Russell que será discutida ao longo de todo este artigo. O objetivo até aqui não foi ser completamente exaustivo acerca da teoria de Russell e seus detalhes, mas dar alguma noção daquilo que é mais central da teoria e o que será relevante para os propósitos deste ensaio.

Teoria das descrições de Strawson

Não se pode tratar de descrições definidas sem mencionar a participação de Strawson na discussão. De fato, as primeiras grandes objeções à teoria russelliana foram apresentadas em “On Referring” (Strawson, 1950). Nesse artigo Strawson apresenta um grande conjunto de objeções a proposta de Russell e fornece um tratamento alternativo às descrições definidas. Nesta seção apresento rapidamente o núcleo da proposta de Strawson sem determe calmamente em cada uma das objeções apresentados por ele.

Um ponto de partida para compreender a diferença entre Strawson e Russell no que diz

6 - O problema aqui não é tão simples assim. Há pelo menos duas leituras razoáveis para a frase ‘a raiz de -2 não é um número inteiro’ com base na teoria de Russell; uma com a negação com âmbito longo e outra com o âmbito curto. Na leitura onde a negação tem âmbito longo a frase parece verdadeira. A forma lógica é a seguinte: $\neg \exists x Fx [\forall y (Fy \rightarrow x = y) \wedge Gx]$. Nesse caso a frase diz, sem pressupor que o objeto em causa exista, que não há um objeto tal que tenha tais e tais propriedades e, portanto, parece intuitivamente verdadeira. Mas há uma outra leitura na qual a negação tem âmbito curto e que parece falsa.

A forma lógica é a seguinte: $\exists x Fx [\forall y (Fy \rightarrow x = y) \wedge \neg Gx]$ e diz alguma coisa como há um objeto tal e apenas um que tem a propriedade G. Esta leitura pressupõe a existência do objeto para falar a respeito dele. Russell rejeita a segunda leitura sem argumentar cuidadosamente nessa direção.

respeito ao tópic das descrições é compreender que cada um tem propósitos diferentes em mente. Enquanto Russell pensa em encontrar a *forma lógica geral* de descrições definidas, Strawson está mais preocupado com o uso de descrições definidas na linguagem natural. Dessa motivação geral surge duas noções quase antagônicas; uma ligada a significado proposicional, tanto quanto possível despreocupada com contextos de uso (Russell). E outra resultante de contextos de elocuições, preocupada com os usos que as pessoas fazem da linguagem para falar (Strawson). De um modo geral, Russell está mais preocupado com a semântica algo descolada das imprecisões típicas das linguagens naturais (ainda que sua teoria pretenda dar conta da linguagem natural) e Strawson quer aproximar a sua teoria da linguagem natural e dos usos que as pessoas fazer das frases e palavras para se expressarem. Com essas diferenças gerais em mente podemos passar aos aspectos de pormenores da teoria de Strawson.

Talvez a distinção mais importante de Strawson seja entre:

- a) Uma frase;
- b) Um uso de uma frase;
- c) E uma elocução de uma frase.

E com exatamente a mesma ideia:

- a) Uma expressão;
- b) Um uso de uma expressão;
- c) E uma elocução de uma expressão.

Segundo essas distinções podemos encarar a expressão ‘o melhor futebolista do mundo’ como uma expressão *tipo* da qual cada elocução da mesma será um *exemplar*, um *espécime* ou um *token*. Toda vez que a expressão ‘o melhor futebolista do mundo’ é usada em uma elocução temos uma nova espécime da expressão tipo. Assim, ‘o melhor futebolista do mundo é português’ e ‘o melhor futebolista do mundo é brasileiro’ são duas ocorrências da mesma expressão tipo, a dizer ‘o melhor futebolista do mundo’. Segundo Strawson, uma frase, tecnicamente, não tem significado. Significado é uma função do uso de uma frase por

uma pessoa em uma elocução. Estritamente, perguntar se a frase ‘o melhor futebolista do mundo é português’ é verdadeira, é precipitado, sem considerar o uso que está sendo feito da frase. O uso de uma frase é determinado por certas convenções explícitas ou não acerca do modo como usamos a linguagem. Assim, segundo uso atual, a frase ‘o melhor futebolista do mundo é português’ é verdadeira. Porém, antes de Cristiano Ronaldo ser eleito, um uso diferente da frase a tornava falsa, dado que àquela altura, segundo aquele uso, a expressão ‘o melhor futebolista do mundo’ se *referia* ao argentino Lionel Messi.

Para Strawson, um determinado uso de uma descrição definida *refere* a um determinado objeto (o objeto que é tal que satisfaz unicamente a descrição); e esta é uma diferença com relação a Russell que vale fazer notar. Para Russell a relação entre um objeto e uma descrição definida não é uma relação de referência, que *pressupõe* a existência do objeto referido e na ausência de tal a frase onde a descrição ocorre fica sem valor de verdade. Para Russell, a relação é mais fraca e compatível com inexistência do objeto, caso em que a frase onde ocorre a descrição será, sob certa leitura, falsa. Segundo Russell, a frase ‘o atual rei da França é careca’ é falsa pelo fato de que não há atual rei da França; atualmente a França não é uma monarquia. Strawson, por sua vez, diria que a frase, sob o uso normal que fazemos atualmente da descrição definida ‘o atual rei da França’, ‘o atual rei da França é careca’ não é verdadeira nem falsa, dado que a descrição definida relevante não possui referente (novamente, sob uso atual da descrição). Sob outro uso, no qual a descrição teria referente, a frase seria verdadeira ou falsa, i.e., teria valor de verdade.

Esses são os aspectos mais importantes a se destacar das diferenças entre as teorias de Russell e Strawson. Há muito mais a dizer principalmente acerca das objeções de Strawson sobre vários aspectos da teoria russelliana que não podem ser discutidos aqui, mas que devem ser mais detidamente estudados por quem pretende se aprofundar no estudo acerca dessa disputa.

O Uso Referencial de Descrições Definidas

Nesta seção apresento algumas das contribuições mais relevantes de Keith Donnellan para o problema das descrições definidas com base em seu influente artigo (Reference and Definite Description, 1966). Donnellan defende a ideia que descrições definidas podem ser usadas de dois modos distintos – atributivamente e referencialmente – e que as teorias das descrições anteriores não são capazes de explicá-los. A defesa de Donnellan dessa distinção é baseada em inúmeros exemplos que, segundo ele, justificam a distinção. O objetivo desta seção é, além de explicar como funciona a distinção proposta por Donnellan, mostrar

como, ao que parece, tanto Strawson quanto Russell não dão conta de explicar os casos apresentados por ele.

A caracterização da distinção de Donnellan é feita pelo próprio autor do seguinte modo:

1. *Uso atributivo*: “Um falante que usa uma descrição definida atributivamente em uma asserção diz alguma coisa acerca seja de quem for ou do que for que é o tal-e-tal.” (1966, p. 233)⁷

2. *Uso referencial*: “Um falante que usa uma descrição definida referencialmente [...] usa a descrição para capacitar sua audiência a selecionar quem ou o que ele está falando a respeito e diz alguma coisa sobre aquela pessoa ou coisa.” (1966, p. 233)⁸

A ideia geral aqui é que no uso referencial a descrição pode ou não ser satisfeita pelo objeto ao qual a descrição se refere. No uso atributivo, por outro lado, a descrição é usada para dizer alguma coisa acerca de alguém ou alguma coisa que satisfaz uma descrição. Talvez o melhor modo de entender o que Donnellan tem em mente seja com recurso aos exemplos que ele próprio fornece.⁹ A estratégia de Donnellan para explicar a distinção é apresentar um exemplo e mostrar casos onde a mesma descrição definida é usada referencialmente e atributivamente. A mesma estratégia será usada agora.

Exemplo 1: ‘O assassino de Smith é louco.’

Suponhamos dois cenários diferentes (A) e (B). Em (A) um amigo de Smith chega à sua casa e o vê caído ao chão brutalmente violentado e diz ‘o assassino de Smith é louco’ se baseando no modo como o corpo está e não tem uma pessoa particular em mente. Em um cenário (B), Jones está a ser julgado pelo assassinato de Smith e (pelo seu comportamento indiferente no tribunal) uma mulher que está a ver o julgamento diz ‘o assassino de Smith é louco’. Em (A), a descrição é sobre uma pessoa qualquer que tenha assassinado Smith e a descrição é acerca do objeto que a satisfizer. Em (B), sustenta Donnellan, o referente da

7 - Tradução livre de responsabilidade do autor deste artigo.

8 - Idem nota anterior.

9 - Os exemplos a seguir têm pequenas variações de estilo e adaptações para o português e não diferem no que é relevante aos exemplos apresentados originalmente pelo autor.

descrição é Jones, sendo ele ou não o assassino de Smith. Enquanto em (A) a descrição denota o objeto por via de determinada propriedade e apanha seja quem for que satisfaça a descrição, em (B) a descrição tem uma função genuinamente referencial, a mulher tem *uma pessoa* específica em mente (Jones) e usa a descrição para referi-la. Segundo Donnellan, em (A) a descrição definida é usada atributivamente e em (B) é usada referencialmente.

Exemplo 2: ‘Quem é o homem bebendo Martini?’

Este segundo exemplo é um caso análogo ao anterior, mas que ocorre na forma de uma pergunta. Novamente suponhamos dois cenários distintos (A) e (B). Em (A) pense em duas mulheres em um bar conversando de onde se vê ao lado oposto do salão um homem. Uma das mulheres demonstrando interesse pergunta para a outra: ‘quem é o homem bebendo Martini?’. A intuição de Donnellan é que mesmo no caso no qual o homem em questão não está bebendo Martini, a pergunta pode ser respondida corretamente, ou seja, mesmo que a descrição ‘o homem bebendo Martini’ não seja satisfeita, a conversa das amigas funciona perfeitamente e a descrição cumpre seu papel na frase. Para Donnellan esse caso só pode ser explicado se o uso da descrição definida for entendido referencialmente. Agora, em um cenário (B), suponha que está a ocorrer uma confraternização anual dos Alcoólicos Anônimos e chega aos ouvidos do presidente do grupo que há alguém na festa que está bebendo Martini. Imediatamente o presidente chama o responsável pela segurança e pergunta ‘quem é o homem que está bebendo Martini?’. Nesse cenário, o presidente não tem uma pessoa particular em mente, ao contrário, ele quer saber alguma coisa acerca de quem quer que seja que for o homem que está bebendo Martini para eventualmente poder expulsá-lo da festa. Em (B), portanto, a descrição ‘o homem bebendo Martini’ é usada atributivamente para apanhar seja quem for que satisfaça a descrição.

Exemplo 3: ‘O marido dela é gentil com ela.’

Este exemplo é particularmente interessante porque há várias coisas envolvidas, mas vamos tentar tratar do que é mais relevante para uso referencial e uso atributivo da descrição definida em causa. O caso aqui é que dependendo do modo como a frase é interpretada (referencialmente ou atributivamente) pode dizer coisas profundamente diferentes, na realidade pode dizer uma falsidade ou uma verdade. O cenário em causa é o seguinte:

alguém está a ver um casal se divertindo em um parque e pelo modo como o homem trata a mulher alguém diz 'o marido dela é gentil com ela.' Porém, o que ocorre na realidade é que o homem que está no parque é o amante e que o marido da mulher não é nada gentil com ela. Assim, temos duas interpretações possíveis: uma (A) na qual a frase é falsa (atributiva) e outra (B) na qual a frase é verdadeira (referencial). O interessante nesse exemplo é que a frase só é verdadeira na interpretação segundo a qual a descrição apanha o objeto que não satisfaz a descrição, ainda que a descrição seja satisfeita por um único objeto que não é o objeto referido. Assim, sob a interpretação (B), a frase diz alguma coisa verdadeira acerca de alguém que não satisfaz a descrição. E, sob a interpretação (A), diz alguma coisa falsa acerca de alguém que satisfaz unicamente a descrição.

Donnellan avança várias críticas tanto a Russell quanto a Strawson que poderiam ser exploradas em detalhe. Para as finalidades deste ensaio, uma visão geral das críticas de Donnellan será o suficiente.

No que diz respeito a Russell, Donnellan pensa que sua teoria pode ser aplicada corretamente a muitos dos casos de usos atributivos de descrições, mas falha no que diz respeito ao uso referencial. Russell pode dar conta de um dos usos, mas não de ambos. Segundo Donnellan, Russell não reconhece o uso referencial de descrições definidas e esta é uma deficiência incontornável para a sua teoria das descrições. Ainda que possa ser correta ao tratar dos usos atributivos de descrições, é incompleta, dado que sua teoria não pode explicar os usos referenciais.

Contra Strawson, Donnellan acredita que sua teoria acomoda o uso referencial de descrições, mas vai longe demais nessa direção. Strawson não permite que o uso referencial ocorra adequadamente quando a descrição não é satisfeita. E isso, pensa Donnellan, seus exemplos mostram que pode ocorrer em usos referenciais de descrições.

Donnellan argumenta ainda que Russell e Strawson compartilham uma suposição (ou pressuposição) que à luz de seus exemplos parece falsa. Ambos acreditam que quando nada se encaixa na descrição definida o valor de verdade da frase na qual ela ocorre é afetado. Isto é, se não há α , o valor de verdade de um uso da frase 'o α é β ' será afetado. Para Russell, a frase será sempre falsa. E para Strawson, a frase não terá valor de verdade. E, novamente à luz de seus exemplos, casos de usos referenciais de descrições mostram que esta suposição é falsa ou, ao menos, implausível.

Para Donnellan, tanto Russell quanto Strawson estão errados acerca do uso referencial. Um falante pode usar 'o α é β ' para dizer alguma coisa verdadeira mesmo quando nada satisfaz a descrição 'o α ' (i.e., não há α).

A ideia central que para Donnellan nem Russell nem Strawson conseguiu captar é que alguém pode referir alguma coisa usando uma descrição que não descreve corretamente a coisa a qual se está a referir. Podemos considerar uma pequena variação no exemplo 2, novamente no uso referencial de ‘o assassino de Smith é louco’. Se Jones não é culpado – na realidade, Smith cometeu suicídio –, então a descrição ‘o assassino de Smith’ se aplica a ninguém. Nem Jones nem outra pessoa qualquer se encaixa na descrição. Mesmo assim, afirma Donnellan, o falante pode usar a frase para dizer alguma coisa verdadeira: ele diz de Jones, o homem que ele refere pela descrição ‘o assassino de Smith’, que ele é louco. Se Jones for realmente louco, o falante diz alguma coisa verdadeira. E esse é exatamente o ponto que tanto Russell quanto Strawson é incapaz de explicar.

Uma Abordagem Pré-semântica

Nesta seção apresento a parte mais positiva deste ensaio. Vou defender uma abordagem pré-semântica ao uso referencial de descrições definidas segunda a qual o uso referencial de uma descrição definida é algo semelhante a uma convenção linguística, ainda que ocorra implicitamente por via do contexto de elocução.

Antes de seguirmos para a estratégia que pretendo defender propriamente dita, faz-se necessário algumas distinções com a finalidade de estabelecer o vocabulário. Quero distinguir entre três momentos linguísticos: pré-semântico, semântico e pós-semântico.

- i) Pré-semântico: convenções linguísticas, etc.
- ii) Semântico: saturação, desambiguação, etc.
- iii) Pós-semântico: implicaturas, etc.

Com base em exemplos pode ficar mais fácil localizar, pelo menos intuitivamente, como funciona a distinção. Suponhamos por exemplo (claro que não precisa ser verdade) que durante algum tempo Steve Jobs e Steve Wozniak não possuíam um nome para a empresa que estavam criando, isso certamente seria um problema para eles até que um dia Jobs diz para Woz ‘Nossa empresa vai ser chamar “Apple”’. No exato momento em que esse evento ocorre, certa convenção linguística é feita. Uma convenção segundo a qual a palavra ‘Apple’ será usada para designar a empresa recém-criada por Woz e Jobs. Esse foi um evento *pré-semântico* envolvendo certo uso da palavra ‘Apple’. Anos após a criação da empresa (e de certa convenção

acerca de certo uso da palavra ‘Apple’) um tabloide de notícias estampa em sua primeira página ‘A Apple é a maior empresa de tecnologia do mundo’, fazendo referência à primeira vez que a empresa alcançou a posição de empresa mais valiosa do mundo. A palavra ‘Apple’ é ambígua em inglês e uma notícia semelhante escrita em inglês não levaria de modo algum o leitor a pensar: será que a notícia é sobre a empresa de tecnologia ou sobre aquela fruta que tanto gosto? Certamente, o contexto no qual a palavra ‘Apple’ é usada não deixa menor espaço para a ambiguidade no uso do termo. Essa desambiguação ocorre tipicamente no nível *semântico*. Em uma outra situação, duas amigas estão conversando acerca de seus *laptops* e uma delas está reclamando que seu computador está muito ruim e a fez perder um trabalho de escola que estava por terminar. Ao que a outra amiga responde: ‘eu tenho um Apple’. Nesse contexto, a amiga que tem um *laptop* ruim não teve problema algum em compreender que a sua amiga queria dizer que os computadores da Apple tipicamente não apresentam problemas. Mas nada do que foi compreendido apareceu na elocução da frase ‘eu tenho um Apple’. A compreensão de seu conteúdo ocorreu por via de uma *implicatura conversacional*. Esse é um caso típico de compreensão com recurso ao nível *pós-semântico*.

Com base nessas distinções podemos pensar acerca dos casos de descrições definidas referenciais e perguntar em que nível está a distinção. Descrições definidas são ambíguas? São como convenções? Implicaturas conversacionais? Parece que não há respostas óbvias aqui. Os três caminhos parecem plenamente viáveis. Donnellan por si próprio não é completamente claro acerca do problema, mas na seguinte passagem parece apontar para uma distinção pragmática.

“It does not seem possible to say categorically of a definite description in a particular sentence that it is a referring expression (of course, one could say this if he meant that it might be used to refer). In general, whether or not a definite description is used referentially or attributively is a function of the speaker’s intentions in a particular case. [...] Nor does it seem at all attractive to suppose an ambiguity in the meaning of the words; it does not appear to be semantically ambiguous. (Perhaps we could say that the sentence is pragmatically ambiguous[...].)” (Donnellan, 1966, p. 272)

Donnellan parece estar sugerindo uma distinção no nível pós-semântico. Mas, sendo esse o caso, é argumentável que uma teoria semelhante a teoria russelliana seja capaz de responder a todos os fatos semânticos relativos a descrições definidas e as críticas de Donnellan parecem não serem capazes de refutar Russell. A respeito da posição de

Donnellan, Kripkesugere:

“Donnellan’s denial that he advocates a semantic ambiguity in definite descriptions seems inconsistent with much of his paper, we can try ignoring the denial, and take his paper to be arguing for such an ambiguity. Then we may ask: has Donnellan established a (semantic) ambiguity inconsistent with Russell’s theory?” (Kripke, 1977, p. 262)

Kripke (1977) tenta argumentar a favor de uma resposta negativa para a pergunta. Para tanto, tenta mostrar que o uso referencial de descrições pode ser acomodado em uma teoria do tipo russelliana defendendo a ideia que a distinção é pragmática (pós-semântica, na terminologia usada deste ensaio).

Influenciado por Grice (1975), Kripke lança mão da distinção entre *referente do falante* e *referente semântico* (ou *referente da descrição*). Para clarificar a distinção, Kripke sugere dois tipos de intenções: *intenção geral* e *intenção específica*. A intenção geral está ligada ao referente semântico da descrição independentemente de quando a descrição é usada, baseado em certas convenções linguísticas de certos dialetos. A intenção específica aparece, em certa ocasião, para referir um certo objeto. A intenção específica está ligada ao referente do falante.

Se o falante acredita que o objeto acerca do qual quer falar em certa ocasião satisfaz as condições para ser o referente semântico, então sua intenção específica coincide com a sua intenção geral. Para Kripke, o caso onde há coincidência entre a intenção específica e a intenção geral é o uso atributivo de Donnellan. E quando não há coincidência, é o uso referencial.

Para Kripke a teoria de Russell funciona corretamente para explicar o referente semântico e isso é tudo que há de semanticamente relevante para ser explicado, ainda que possa haver uso de descrições onde o referente do falante é que vale (casos nos quais a intenção específica e a geral não coincidem). Nesses casos, uma teoria pragmática (pós-semântica) irá explicar o fenômeno com base nas intenções do falante.

Ao que parece, os últimos parágrafos acerca das ideias de Kripke não são inconsistentes com a citação de Donnellan. Afinal, ele reconhece o papel das intenções do falante e até sugere que a distinção seja pragmática. Porém, se esse for caso, parece razoável pensar que não há ambiguidade (no nível semântico) e que, portanto, a teoria de Russell explica corretamente o *sentido*, a *semântica*, das descrições definidas. Ainda que descrições definidas possam ser *usadas* (nível pós-semântico) para dizer coisas diferentes daquilo que

é semanticamente o típico.

Há outra possibilidade de tratar da distinção entre uso referencial e uso atributivo de descrições definidas. É tentar mostrar que o uso referencial de descrições definidas não é um evento semântico nem um evento pós-semântico, mas sim um evento pré-semântico; está no nível das convenções linguísticas. Há disponível na literatura teorias com essa motivação como, por exemplo, os trabalhos de Michael Devitt (*Designation*, 1981) e Gareth Evans (*The Varieties of Reference*, 1982), entre outros.

A teoria causal da referência

Usar uma descrição definida referencialmente é algo semelhante a inaugurar o uso de certa expressão com certo significado particular que até então não havia sido usado ou como usar certo nome que ainda não havia sido usado para referir certo objeto. A imagem da cerimônia de batismo funciona aqui também. Quando usamos uma descrição definida referencialmente em certo contexto, estamos a fazer certa convenção (mesmo que não explícita) que aquela descrição irá passar a referir determinado objeto em situações posteriores. Um fenômeno muito semelhante ao que acontece quando batizamos uma pessoa ou coisa com certo nome. Ou mesmo quando usamos uma certa palavra com certo significado que a palavra não possuía antes (uma boa imagem aqui é o uso de gírias). Os falantes passam com frequência a usar palavras com significados novos que até então nunca tinham sido atribuídos a determinada expressão.

O exemplo de Devitt é útil para explicar a chamada ‘teoria causal da referência’. Devitt pede para considerarmos o caso do seu gato. E afirma que sua esposa disse “Vamos chamá-la ‘Nana.’” E ele concordou. Desse modo, Nana foi nomeada. Para esse cenário Devitt fornece a seguinte explicação:

What happened to those present at naming Nana? They *perceived* the ceremony, using at least their eyes and ears. To perceive something is to be causally affected by it. As a result of the effect it had on them, they were in a position to use the name ‘Nana’ later to designate the cat. What they gained at the ceremony was “an ability to designate Nana by ‘Nana.’” (1981, p. 23)

A habilidade de designar *Nana* por '*Nana*' pode ser passada de uma pessoa para outra por via de uma cadeia causal que irá explicar os usos posteriores do nome, mesmo por quem nunca tenha estado em contato com o gato. Este é um caso que envolve um nome e não uma descrição definida, mas para Devitt (e estou de acordo) imagens semelhantes podem ser desenvolvidas para explicar as descrições definidas usadas referencialmente.

Quando usamos a descrição 'o assassino de Smith' em contexto apropriado podemos estar de certo modo a estipular que a descrição passa a referir a um determinado objeto, ainda que esse objeto não satisfaça a descrição. Na verdade, para o fenômeno encarado de modo mais geral, satisfazer ou não a descrição é algo completamente irrelevante.

Podemos estipular certas descrições inclusive em casos onde a descrição é intencionalmente não satisfeita. Podemos estipular, que a descrição 'a menina mais bonita da sala' se refira a menina que é na verdade a menina mais feia. E quando usamos a descrição ela se refere de fato a menina mais feia e não a menina mais bonita, que seria o caso do uso atributivo.

Eu concordo com a ideia geral do projeto do Devitt que talvez o uso referencial de descrição deva ser encarado como um evento pré-semântico, mas penso que a sua teoria não está completamente correta. Primeiro, porque penso que há casos que a sua proposta não é capaz de responder. E depois penso que sua teoria não explica corretamente o que ocorre no momento do batismo inicial. Penso que Devitt, por motivações filosóficas mais gerais, quer explicar o fenômeno em termos que são incapazes de fazê-lo. No restante deste ensaio, passo a apresentar os argumentos contra a teoria de Devitt e depois apresento a teoria que proponho que pode explicar o fenômeno do uso referencial das descrições definidas de modo mais completo e com maior parcimônia.

Contraexemplo à teoria causal

Há um conjunto de exemplos que são difíceis de explicar para qualquer teoria causal da referência que funcione com base em contato perceptual com o objeto. Um desses exemplos que é recorrente na literatura é o seguinte: imagine que a certa altura o rei de Portugal teve seu trono tomado por um usurpador e o rei foi mandado para as masmorras. O usurpador resolve dar uma festa para a qual os nobres do reino foram convidados. Um desses convidados ao chegar a festa em conversa com o guarda diz "o rei me convidou". A descrição 'o rei' não está funcionando atributivamente (o rei está nas masmorras preso e não

tem condições de convidar ninguém) e não funciona segundo a teoria do Devitt (podemos imaginar que o convidado nunca tenha estado em contato perceptual com o usurpador para poder usar a descrição ‘o rei’ para referi-lo), mas esse parece um uso referencial adequado de descrições definidas.

Certamente esse exemplo não é definitivo e podem haver respostas viáveis para a versão conforme apresentada, mas parece possível ir modificando ligeiramente o exemplo de modo a sempre gerar problemas para a teoria causal da referência como imaginada por Devitt. O objetivo aqui não é apresentar um contraexemplo definitivo, mas mostrar a dificuldade da teoria causal com exemplos relativamente recorrentes na linguagem usual. Com algum trabalho imaginativo podemos reproduzi-los a infinidade.

O problema da descrição do primeiro uso

Uma outra objeção possível diz respeito a descrição do primeiro uso. O problema aqui é saber que elementos devem estar presentes no primeiro uso de um nome ou uma descrição definida usada referencialmente. Um dos elementos fundamentais da proposta de Devitt é contato perceptual com o objeto que será submetido à cerimônia de batismo. A ideia é que há uma certa cerimônia que dá conta do caso “ela vai chamar ‘Nana’” devido ao contato perceptual que os agentes que participam da cerimônia têm com o objeto, nesse caso *Nana*. Através dessa cerimônia e do efeito causado pelo objeto, o gato passa a se chamar ‘Nana’. Mas para quem? Para a pessoa que o batizou? Uma pessoa é o bastante? Se duas, como o batismo é da mesma coisa? Parece razoável pensar em uma situação dessas onde algumas das pessoas presentes ‘batizam’ coisas diferentes. A percepção é muito complexa e parece razoável pensar em situações nas quais todos estão em contato perceptual com o objeto, mas ‘batizam’ coisas diferentes (estão em contato com mais de uma coisa). Essa dificuldade parece ainda mais evidente em casos de descrições definidas usadas referencialmente. Tipicamente não haverá um evento explícito e será ainda mais fácil haver confusão com relação ao evento de batismo. Ao que parece uma descrição dos eventos de batismo (das convenções) que elimina estados mentais intencionais dos agentes envolvidos, não pode responder completamente às perguntas acima.

Uma resposta viável é tentar mostrar que no contexto as pessoas envolvidas sabem exatamente qual objeto está sendo batizado. Mas o que exatamente *ésabera* aqui? Reconhecer a *intenção de referir*? Se for isso, qual o papel *fundamental* que a relação causal perceptual desempenha? Parece que o papel da percepção é um papel secundário. Primeiro vem a

intenção de referir e o *reconhecimento* desta intenção, depois vem a relação perceptual (se é que esta é necessária). Se relação perceptual não é fundamental, ao contrário das crenças e intenções dos agentes envolvidos, talvez possa ser dispensada no curso da explicação.

Mesmo como a relação causal perceptual, o nome pode ter ‘batizado’ coisas diferentes. Ainda permanece o mistério da referência. No meu ponto de vista, o batismo, ainda que relacionado com a percepção, precisa de *intenções de referir* e *reconhecimento* das mesmas. Não há nada na percepção que possa separar o gato de tudo o mais que está a ser percebido para que o batismo seja possível pela percepção apenas. A intenção de referir é fundamental.

A ideia geral do meu ponto de vista talvez já tenha sido alcançada pelo leitor. Mas pode ainda faltar detalhes de como essa via teórica pode funcionar. Como podemos fazer essas convenções? Como as convenções funcionam? O que é necessário para que as convenções funcionem? Todos os detalhes serão apresentados a seguir. Não há nada além daquilo que foi apresentado até aqui, tudo o que é feito a seguir é uma sistematização teórica das ideias apresentadas anteriormente.

A solução

A solução que proponho é análoga à proposta de Devitt, porém não pressupõe a necessidade da relação percepção entre o objeto referido e o agente que usa determinada expressão para referi-lo. Na versão que proponho também haverá dois tipos de referência: um primitivo, ligado ao uso da convenção ou batismo, e outro derivado, ligado a certo uso posterior de uma expressão com a referência previamente convencionada. Esses dois momentos explicam o uso de certa expressão com certa referência pela primeira vez (em uma convenção) e a posterior distribuição de certa convenção em uma comunidade linguística.

Núcleo de referência é o conjunto de pessoas que compartilham a convenção de usar a expressão referencial j para referir x . Para todo j há pelo menos um *núcleo de referência* formado pelas pessoas que partilham a mesma convenção.¹⁰

Essa formulação permite, ao mesmo tempo, que hajam expressões que tenham núcleos

10 - Note que se não há um núcleo de referência associado a uma expressão referencial φ , então, por definição, φ não é uma expressão referencial.

de referência com apenas dois membros (o locutor e o interlocutor) e a mesma expressão tenha diferentes núcleos de referência. Sendo que núcleo de referência é, por definição, uma função que vai de uma convenção específica para uma expressão a um conjunto de pessoas.

Princípio geral: Uma expressão referencial usada por um locutor refere se, e somente se, há um núcleo de referência vinculado à expressão.

Há duas maneiras de uma expressão referencial possuir núcleo de referência; primitivamente (NRP) (inauguração de convenção) derivadamente (NRD) (intenção de usar uma convenção anterior).

(NRP) Uma expressão referencial *j* usada pelo locutor *L* com intenção de referir *x* refere se, e somente se, *I* (um interlocutor) consegue reconhecer que *L* usa *j* com a intenção de referir *x*.¹¹

Esse é o princípio que governa o uso primitivo de uma expressão referencial.

Note: o papel do objeto é subsidiário. A intenção de referir eo reconhecimento da intenção é que possuem papéis fundamentais. A relação perceptual com o objeto pode desempenhar um importante papel para o reconhecimento da intenção de referir, mas esse é um papel secundário.

Uma expressão usada por um locutor com uma intenção de referir alguma coisa, tem referência primitiva se, e somente se, há um núcleo de referência formado pelo locutor e pelo menos um interlocutor e este interlocutor percebe a intenção do locutor de referir essa coisa com essa expressão.

(NRD) Uma expressão referencial *j* usada pelo locutor *L* com intenção de referir *x* refere derivadamente se, e somente se, há um núcleo de referência derivado causalmente de um núcleo de referência primitivo e a convenção desse núcleo é compatível com a intenção de *L* de referir *x*.

Em termos mais diretos, uma expressão referencial usada por um locutor com a intenção

11 - Uma expressão pode ter inúmeras convenções associadas. Porém, quando usada é usada com uma intenção específica que, se reconhecida pelo interlocutor, torna a referência possível.

de referir alguma coisa tem referência derivada se, e somente se, há um núcleo de referência derivado causalmente de uma convenção de referência primitiva e a referência desse núcleo é compatível com a intenção do locutor ao usar a expressão.

É fácil ver como a solução que proponho tem maior facilidade em tratar dos problemas apresentados à proposta de Devitt. O caso da frase ‘o rei me convidou’, por exemplo, onde não há relação perceptual com o objeto referido, não levanta problema especiais para a proposta apresentada. Há uma intenção de referir que é, no contexto adequado, corretamente reconhecida pelo interlocutor de modo que a descrição ‘o rei’ se refere ao usurpador e não ao rei.

O outro problema levantado diz respeito às condições necessárias para o batismo (ou convenção). A proposta de Devitt talvez tenha dificuldades em explicar como a relação perceptual é suficiente para isolar corretamente o objeto que está a ser nomeado de tudo o mais no campo perceptual e gerar acordo entre aqueles que participam do evento de nomeação. Pela proposta que acabo de apresentar, esse problema é mais facilmente resolvido, dado que a intenção de referir faz o trabalho de isolar corretamente o objeto de referência no momento do batismo ou convenção.

Supondo que leitor aceite o que foi apresentado até aqui, o que dizer acerca da distinção de Donnellan? As descrições definidas são ambíguas ou não? Há uso genuinamente referencial de descrições definidas? Em um certo sentido quase trivialmente segue-se que sim. Mas há um sentido no qual as descrições definidas usadas referencialmente não são genuinamente descrições, são mais semelhantes a nomes próprios. Aqui então há duas vias. Na primeira, o leitor que aceitou uma solução semelhante a que proponho, pode defender que há uma convenção sociolinguística que diz que descrições podem ser usadas eventualmente de modo referencial. Algo semelhante à convenção que o nome ‘João’ é ambíguo e pode se referir a muitas pessoas e quem vai decidir é o contexto. A outra via é não aceitar que haja tal convenção e ter uma posição que o uso referencial de descrições não tem nenhuma relação semântica especial com as próprias descrições. Nesse sentido, uso referencial de descrições definidas estão muito mais ligadas ao contexto e as intenções do falante que a alguma noção semântica envolvendo descrições; de certa forma a descrição é um mero dispositivo que desempenha certa função em certo contexto linguístico que poderia ser desempenhado de modo semelhante por outra coisa qualquer – linguística ou mesmo extra-linguística. Eu, particularmente, estou mais inclinado a esta última noção. Mas acredito que a intuição aqui está ligada a intuições filosóficas mais gerais acerca da linguagem; principalmente acerca do papel semântico do contexto – contextualistas tenderia a segunda via e um minimalista a primeira.

Bibliografia

- Devitt, M. (1981). *Designation*. Columbia University Press.
- Donnellan, K. (1966). Reference and Definite Description. *Philosophical Review*, pp. 281-304.
- Evans, G. (1982). *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press.
- Frege, G. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. *Fundamento - Revista de Pesquisa em Filosofia*, pp. 21-44 Trad. Sérgio Miranda.
- Grice, P. (1975). Logic and Conversation. In G. Morgan, & P. Cole, *Syntax and Semantics 3: Speech Acts* (pp. 41-58). New York: Academic Press.
- Kaplan, D. (1977). Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and other Indexicals.
- Kripke, S. (1977). Speaker's Reference and Semantic Reference. *Midwest Studies in Philosophy*, pp. 255-276.
- Kripke, S. (1980). *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.
- Russell, B. (1905). On Denoting. *Mind*, 14, pp. 479-493.
- Strawson, P. (1950). On Referring. *Mind*, pp. 320-344.